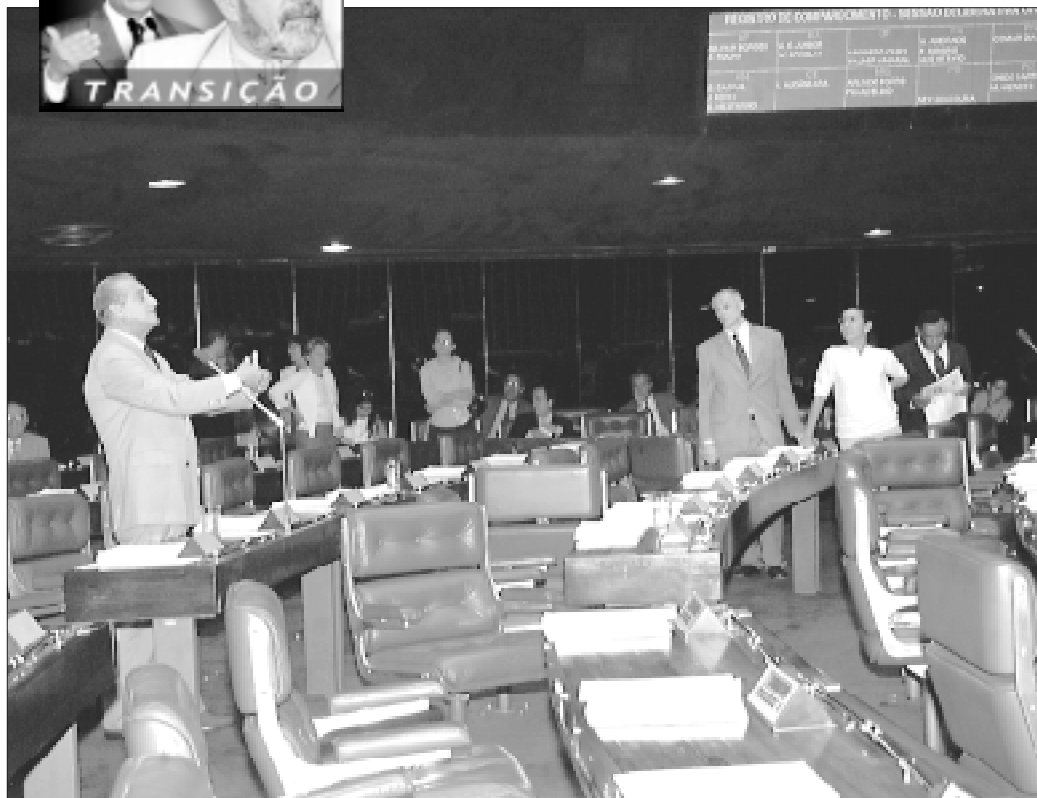


# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

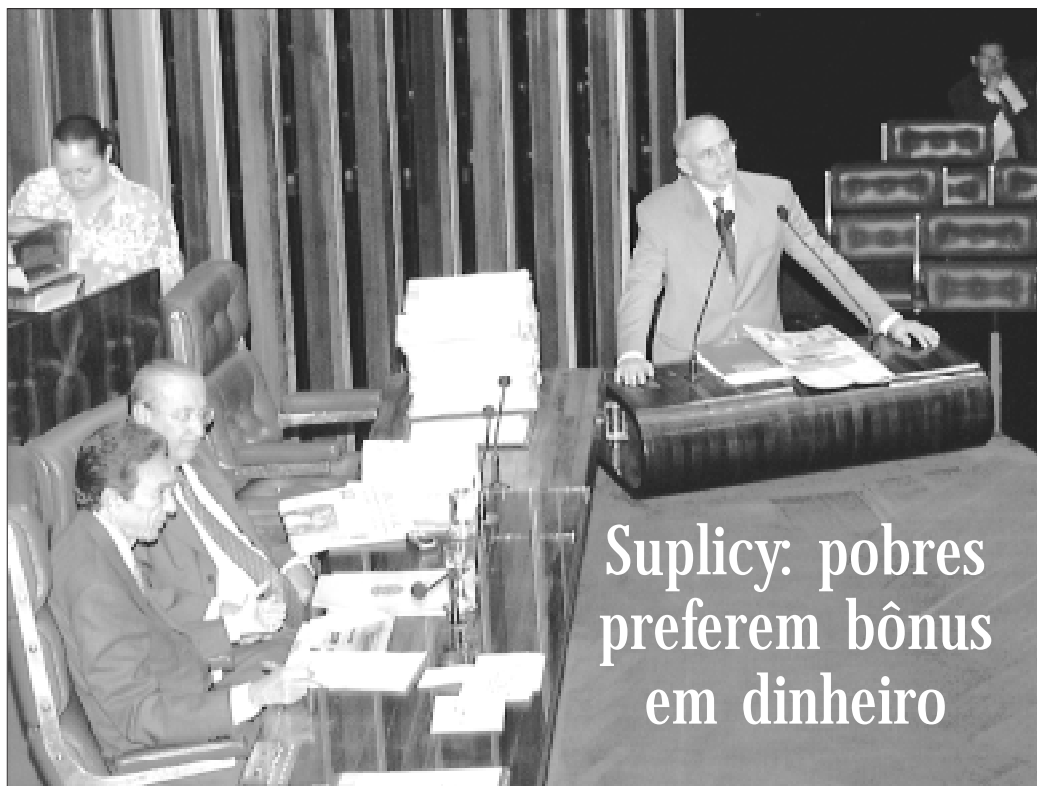
ANO VIII – Nº 1.601 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2002



June de Araújo

Para o presidente do Senado, festa da posse no dia 6 permitiria o comparecimento de importantes personalidades internacionais, representando "um investimento" nas relações com outros países

## Tebet diz que posse de Lula no dia 6 é o desejo da sociedade brasileira



José Cruz

## Suplicy: pobres preferem bônus em dinheiro

Suplicy vai comunicar a Lula resultado de contatos com comunidades carentes sobre o combate à fome

PÁGINAS 4 E 5

## Cinco MPs têm prioridade para votação amanhã

Plenário também deve iniciar exame da proposta de reforma do Judiciário

O Senado deve votar amanhã cinco medidas provisórias aprovadas na semana passada pela Câmara dos Deputados. Essas matérias têm prioridade na pauta e, enquanto não forem examinadas, obstruirão outras deliberações legislativas. As MPs tratam, entre outros assuntos, da

permissão de venda de ações do Banco do Brasil, definição de responsabilidades no caso de atentados terroristas contra aeronaves e autorização para o governo leiloar madeira apreendida. Também está previsto para amanhã o início da votação, pelo Plenário, da proposta de reforma do Poder Judiciário.

PÁGINA 3

Pedro Simon deu quase mil autógrafos no lançamento de suas obras na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre

## Simon lança livros sobre abertura e ação política

PÁGINA 8

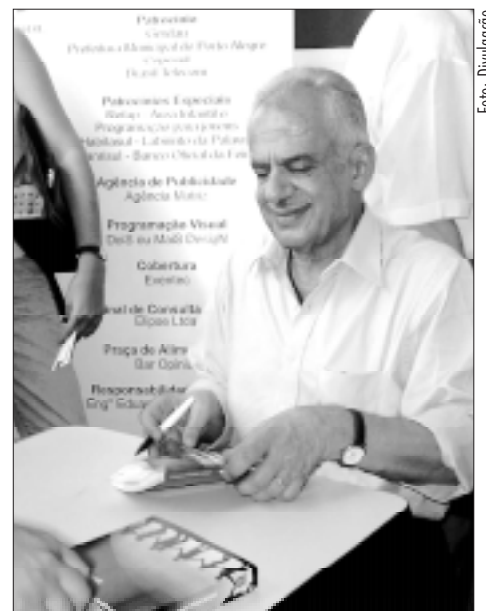


Foto: Divulgação

## Relator e líderes definem valor do salário mínimo

O relator da proposta orçamentária, senador Sérgio Machado, vai decidir até amanhã, em reunião com líderes partidários, o valor do salário mínimo para 2003.

PÁGINA 2

## Osmar Dias quer mudar processo de cassação

Autor de projeto que procura impedir a renúncia de senador denunciado ao Conselho de Ética, Osmar Dias saudou quinta-feira a aprovação da matéria pela CCJ.

PÁGINA 7

## Comissão examina indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne amanhã, às 17h30, em sessão secreta, para analisar mensagens da Presidência da República com indicações para as embaixadas do Brasil na Espanha e Síria.

Para a embaixada na Síria, o presidente da República indicou Eduardo Monteiro de Barros Roxo, ministro de segunda classe da carreira de diplomata. Para a representação brasileira na Espanha, foi indicado Osmar Vladimir Chofi, ministro de primeira classe do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores.

## CPI que investiga ONGs deve ouvir lobista amanhã

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) deve ouvir amanhã Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS – Consultoria Jurídica. Ele está sendo investigado por ação suspeita junto ao Ministério da Saúde para liberação de medicamentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A CPI já ouviu o presidente do laboratório Novartis, Andréas Strakus, que negou qualquer favorecimento à APS. Segundo apuraram os senadores, a ONG Napacan (Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer), que recebe recursos do Novartis, exigiu na Justiça que o governo incluísse o medicamento Glivec, fabricado pelo laboratório, entre os sujeitos a reembolso pelo Ministério da Saúde. Strakus negou que Alexandre Paes tenha feito contatos com o Ministério da Saúde em nome do laboratório.

# Relator decide até amanhã reajuste do salário mínimo

Valor será definido com líderes partidários. Poder Executivo propôs R\$ 211, mas presidente da Comissão de Orçamento defende R\$ 240

O relator-geral do Orçamento Geral da União para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), decidirá até amanhã com os líderes dos partidos políticos na Comissão Mista de Orçamento (CMO) qual será o reajuste do salário mínimo no dia 1º de abril e quais verbas serão destinadas às emendas dos parlamentares. Antes, Machado faz uma última reunião com o Comitê de Receitas para definir a reestimativa das receitas da União previstas para 2003.

A pedido do relator, técnicos das consultorias de orçamento do Senado e Câmara fizeram novos estudos sobre o aumento das receitas federais como resultado do crescimento inflacionário neste semestre. Um primeiro estudo foi questionado pelos líderes do PT, Ministério do Planejamento e assessores do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, porque estaria prevendo crescimento muito elevado da arrecadação.

## CAS discute novas destinações para o FGTS

Na reunião de quarta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar projetos que criam novas oportunidades de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) é autor das propostas que permitem retiradas para compra de micro-computadores e para quitação de prestações atrasadas de financiamentos habitacionais.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) apresentou relatório pela aprovação do primeiro projeto, que tramita em regime



Sérgio Machado é relator-geral do projeto de Orçamento para 2003

Na última quinta-feira, o Comitê de Receitas fez outra reunião para discutir os novos números. O relator Sérgio Machado garantiu que o Congresso “não vai criar dinheiro de fumaça” para bancar o aumento do salário mínimo e das emendas parlamentares. Por enquanto, ele diz que só tem certeza de que haverá dinheiro para “um valor superior” do mínimo – o governo propôs que o salário passasse dos atuais R\$ 200 para R\$ 211. Apenas para cumprir a Constituição o mínimo teria de su-

bir para cerca de R\$ 220 em abril, para manter o poder de compra.

O líder do PT na Comissão de Orçamento e integrante do Comitê de Receitas, deputado Jorge Bittar (RJ), sustentou que o reajuste será financiado por “receitas que se concretizarão”. Já o presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), entende que o salário mínimo poderá ser aumentado em abril para R\$ 240. “Há dinheiro para isso”, garante Aleluia.

Cabe ao relator-geral decidir como redistribuir o dinheiro da reestimativa entre salário mínimo, emendas dos parlamentares e projetos de interesse do novo governo. A Comissão de Orçamento deu prazo até a primeira semana de dezembro aos líderes do PT para que apresentem, em nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, emendas para atender aos programas sociais do futuro governo. O prazo para emendas dos outros parlamentares já foi encerrado.

terminativo na CAS. O relator do segundo projeto, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), também apresentou parecer pela aprovação, mas na forma de substitutivo à proposta original.

Dois outros projetos são de autoria do senador Ricardo Santos (PSDB-ES). O primeiro permite saques do FGTS para amortização de empréstimos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e recebeu voto favorável do relator, Waldeck Ornélas. O segundo autoriza que desempregados saquem os recur-

sos do fundo para abertura e expansão de negócio próprio. A matéria teve relatório favorável do relator, senador Ademir Andrade (PSB-PA).

Ornélas é também o relator do projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que permite o saque do FGTS para a compra de carro particular. O senador pela Bahia recomendou a aprovação.

O sexto projeto, do senador Osmar Dias (PDT-PR), torna possível o saque do FGTS para pagamento de cirurgias.

## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2002

### PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

### PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: será dedicada a reverenciar a memória de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República, pelo transcurso do centenário do seu falecimento.

Pauta: projeto de lei de conversão que dispõe sobre a utilização de recursos do Tesouro Nacional no encerramento do exercício financeiro de 2001; MP referente a ações detidas pela União no capital do Banco do Brasil; projeto de lei de conversão sobre assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves brasileiras; projeto de lei de conversão que dispõe sobre sanções penais e administrativas de atividades lesivas ao meio ambiente; projeto de lei de conversão sobre proteção de informação não divulgada submetida para aprovação da comercialização de produtos.

Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação da PEC do Poder Judiciário; discussão da PEC que cria compensação financeira para unidades da Federação que produzirem saldo positivo na balança com o exterior; e PR sobre polícia do Senado.

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: discussão da PEC sobre destinação do salário-educação.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão Mista de Segurança Pública

Pauta: discussão e votação das emendas apresentadas aos PLS nºs 108/02 e 118/02. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 02*

11h30 – Comissão de Educação

Pauta: PLS que altera a lei sobre radiodifusão comunitária. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: mensagens que submetem à apreciação do Senado nomes para embaixadas do Brasil na Síria e na Espanha. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

Após a ordem do dia – CPI das ONGs

Pauta: depoimento de Alexandre Paes dos Santos, diretor da APS – Consultoria Jurídica. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 02*

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLS que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet

1º Vice-Presidente: Edison Lobão

2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares

1º Secretário: Carlos Wilson

2º Secretário: Antero Paes de Barros

3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti

Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e

Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573

Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin,

João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Senado vota amanhã cinco medidas provisórias

Venda de ações do Banco do Brasil e definição de responsabilidades no caso de atentados terroristas estão entre os assuntos tratados nas MPs, que obstruem a pauta enquanto não forem apreciadas pelo Plenário

Cinco medidas provisórias (MPs) terão seu exame iniciado no Senado amanhã, devendo ser votadas com prioridade para não obstruir outras deliberações do Plenário. São matérias que permitem a venda de ações do Banco do Brasil; dispõem sobre a utilização de recursos existentes no Tesouro Nacional; definem responsabilidades no caso de atentados terroristas contra aeronaves; autorizam o governo a leiloar madeira apreendida; e protegem informações relativas ao resultado de testes de produtos farmacêuticos ainda não comercializados.

O primeiro texto a ser votado é o da MP 58/02, que permite à União transferir para o Fundo Nacional de Desestatização suas ações que excedam o controle acionário do Banco do Brasil. O objetivo é a reestruturação social do banco e sua inserção no segmento de mercado de valores mobiliários instituído pela Bolsa

de Valores de São Paulo (Bovespa), que exige haver percentual mínimo de 25% das ações em circulação, razão pela qual é necessária essa oferta pública de papéis.

Em seguida, o Plenário votará a MP 59/02, que permite ao governo utilizar fontes orçamentárias com superávits para o abatimento da dívida pública mobiliária e para a concessão de financiamentos que permitam ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) implementar, entre outros programas, operações com empresas estatais do setor elétrico. Ao justificar a medida, o governo argumenta que o Tesouro vem captando recursos junto ao mercado, afetando o endividamento público, quando pode utilizar recursos disponíveis existentes na Conta Única.

A terceira matéria a ser votada é a MP 61/02, que autoriza a União



Plenário dá prioridade às medidas provisórias, mas também tem na pauta o início da votação da reforma do Poder Judiciário

a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros, na ocorrência de danos a bens e pessoas no solo, provocados por atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior.

Outra matéria incluída na pauta é a MP 62/02, que autoriza a

administração pública a realizar leilão de madeira apreendida, devendo o valor arrecadado reverter ao órgão ambiental responsável pela apreensão. Em sua exposição de motivos, o governo reconhece que o aparato administrativo necessário para coibir essas práticas predatórias precisa ser aprimorado, possibilitando ao

Márcio Kallme

Poder Público preservar e proteger eficazmente o meio ambiente.

A última medida provisória a ser votada é a 69/02, que regula a proteção contra o uso comercial desleal de informações relativas a resultados de testes apresentados como condição para aprovar ou manter o registro para comercialização de produtos farmacêuticos de uso humano e veterinário, fertilizantes, agrotóxicos e afins.

Também amanhã, após apreciar as cinco medidas provisórias, o Senado deve iniciar a votação da proposta de reforma do Poder Judiciário. Já a hora do expediente será dedicada à memória de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil da República (1894-1898).

Na quarta-feira, os senadores devem apreciar também projetos referentes ao ICMS, além de autorizações para a contratação de empréstimos externos.



Comissão Mista de Segurança Pública vai apreciar emendas apresentadas por senadores a propostas de combate à criminalidade

José Cruz

## Comissão discute emendas a projetos sobre segurança

A comissão mista formada para diagnosticar causas e efeitos da violência se reúne amanhã, às 10h, para votar emendas apresentadas a dois projetos de lei do Senado. O primeiro altera a redação de um artigo da lei que instituiu o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

A emenda apresentada pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG) permite que municípios que não tenham formado guarda civil, por falta de recursos, recebam verbas do FNSP, desde que implementem ações de policiamento comunitário ou conselho de segurança.

A segunda emenda modifica

projeto que dispõe sobre investigação de organizações criminosas e regime especial de cumprimento da pena por seus líderes. Apresentada pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP), a emenda substitui a expressão "delegado de polícia" por "autoridade policial, judiciária, civil ou militar".

O senador explica que uso da expressão delegado de polícia impede que autoridades judiciárias militares que elaboram inquéritos policiais militares sejam incluídas. "Isso gerará dificuldades na investigação de crimes militares em que exista envolvimento de organizações criminosas", diz Gilvam.

## Senadores vão à Assembléia Geral da ONU

O Plenário do Senado aprovou proposta do presidente Ramez Tebet que designa os senadores Fernando Ribeiro (PMDB-PA), Amir Lando (PMDB-RO), Moreira Mendes (PFL-RO) e Maguito Vilela (PMDB-GO) para participarem, na condição de observadores parlamentares, da 57ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, entre os dias 7 e 17 de dezembro.

Estão previstas diversas reuniões em seis comissões temáticas, que abordarão problemas atuais, como o desarmamento. Amir Lando disse que, de acordo com informações de organizações não-governamentais, os Estados Unidos seriam responsáveis por 70% da produção mundial de agentes biológicos com potencial de utilização em armamentos.

Além disso, as comissões temáticas também debaterão o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil faz parte. Ainda serão abordadas questões ligadas ao meio ambiente sustentável e ao Relatório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados.

## Aprovada a programação monetária para o trimestre

O Plenário acolheu quinta-feira, com os votos contrários dos senadores Roberto Saturnino (PT-RJ) e Heloísa Helena (PT-AL), projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária para o quarto trimestre do ano de 2002. O texto do projeto re-



Bello Parga foi o relator da programação para o último trimestre de 2002

Célio Azevedo

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) constantes da pauta cumpriram mais uma etapa da fase de discussão a que ficam submetidas na apreciação pelo Plenário. Uma, que vai para a quarta sessão de discussão na próxima or-

dem do dia, cria, com parte da receita do imposto de importação, compensação financeira às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior. A outra PEC, que irá para a segunda sessão de discussão, estabelece que o salário-educação será uma fonte adicional de financiamento da educação infantil pública.

O envio da programação monetária ao Congresso está previsto em lei, e o relatório elaborado pelo BC é examinado pelo Conselho Monetário Nacional antes de chegar ao Senado. O senador Bello Parga (PFL-MA) foi o relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da mensagem presidencial que encaminhou a programação para o último trimestre do ano. A matéria seguirá para exame da Câmara.

Também foi aprovado requerimento apresentado pelas lideranças partidárias que solicitam urgência para projeto da Câmara que dispõe sobre os conselhos federal e regionais dos despachantes documentalistas. A matéria figurará na pauta da sessão de quarta-feira.



Suplicy envia a Lula resultado de consulta a população carente sobre modalidade de ajuda do governo federal. Heloísa Helena diz que FHC desconhece realidade ao afirmar que no Brasil há subnutrição e não fome. Amir Lando defende PMDB atuante no novo governo.

## Suplicy: público do Fome Zero opta por dinheiro

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ter encaminhado, na quinta-feira, ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e a seus assessores Antonio Palocci e José Graziano – este coordenador do programa Fome Zero –, um comunicado no qual re-  
relata o resultado de



Suplicy colheu opinião junto à população carente de São Paulo

contatos feitos em comunidades carentes no interior de São Paulo, onde colheu informações sobre a preferência das pessoas pelo bônus-alimentação, a ser concedido pelo governo, na forma de dinheiro e não por meio de tíquetes.

Suplicy disse, inclusive, que visitou no bairro Castro Alves, na cidade de Tiradentes (SP), o catador de papéis Francisco Aparecido Vicente, que participou de documentários veiculados pelo PT durante a última campanha presidencial. O catador, com uma renda de R\$ 5 por dia, vive com a esposa, Maria José Pedrosa Silva, e cinco filhos, o mais velho com 8 anos e a mais nova com apenas um mês de idade.

Após conversar com o catador, sua esposa e vários vizinhos que se encontram praticamente na

mesma situação de renda, Suplicy disse ser unânime a opinião de todos em defesa de um bônus-alimentação na forma de dinheiro e não na forma de tíquete.

O senador informou que essa mesma opinião ele colheu no encontro do qual participou com 200 mães na Escola Maria Montessori, em Itaquera (SP), juntamente com Ana Fonseca, coordenadora do Programa Renda Mínima Associado à Educação. Ali – observou – houve também unanimidade na defesa da forma monetária como o melhor meio de distribuição da ajuda do governo. Suplicy também destacou o acerto do futuro governo ao definir o combate à fome como sua maior prioridade.

No pronunciamento que fez na quinta-feira, da tribuna do Plenário, o senador elogiou a posição adotada pelo presidente Sadam Hussein, do Iraque, que decidiu acatar a resolução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo com o parlamento do seu país recomendando o contrário.

## Lando quer PMDB presente no projeto de reconstrução do país

O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou quinta-feira que corrente expressiva do PMDB está disposta a se engajar no projeto do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para construção de um país mais justo e humano. Para ele, um partido que ajudou a reconstruir a democracia no Brasil não pode ficar como mero espectador das mudanças sociais que se avizinham.

Lando observou que o PMDB tem que fazer uma séria reflexão sobre a vontade popular expressa



Partido não pode ficar como mero espectador, avalia Amir Lando

nas eleições. Para ele, a sociedade exige mudanças, principalmente nas áreas de saúde, educação, emprego – a plena cidadania, em resumo, disse o senador.

– O PMDB não quer cargos no futuro governo, mas somente colaborar para que o país prospere e atenda de forma justa e humana toda a população – salientou Amir Lando, ao defender a ampliação da fronteira agrícola, com a incorporação de 100 milhões de hectares disponíveis na Região Norte.

## Heloísa critica declarações de FHC sobre inexistência de fome

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou declarações do presidente Fernando Henrique Cardoso, feitas recentemente na Inglaterra, de que não há fome generalizada no Brasil como ocorre na África, mas apenas subnutrição. Para Heloísa, o presidente demonstra desconhecimento das condições sociais do Brasil. “Há muita fome, especialmente no Nordeste”, garantiu.

Segundo Heloísa, as críticas de Fernando Henrique sobre o programa Fome Zero, do PT, mostram que ele não conhece a proposta. Ela lembrou que o programa não prevê meras políticas assistenciais,

embora possa conter algumas ações emergenciais desse tipo.

A senadora explicou que o programa representará um eixo de desenvolvimento do país porque contempla incentivos à agricultura familiar e às cooperativas, política de preços mínimos, comercialização de produtos agrícolas, escoamento de safras e muito mais.

– Trata-se de um programa completo não somente de combate à fome e à miséria, mas também de mudanças estruturais na economia para gerar empregos e dar cidadania – observou.

De acordo com Heloísa, ninguém pensa que o programa irá solucio-



Críticas ao Fome Zero mostram desconhecimento do presidente, diz Heloísa

nar todos os problemas em tempo recorde. A senadora afirmou que o PT também está alerta para a possibilidade de surgirem desvios de verbas e até banditismo eleitoral em relação a itens do programa, como tem ocorrido com as iniciativas sociais do atual governo.

– Não existe aparato público suficientemente grande para impedir distorções, mas vamos trabalhar para reduzi-las a um mínimo – concluiu.

## PT é conservador sobre salário mínimo, diz Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que é de “extremo conservadorismo” a posição assumida pelas lideranças do PT em relação ao valor do salário mínimo que deverá vigorar a partir de abril do próximo ano.

– A ala mais conservadora do atual governo, a área econômica, vem trabalhando com um valor de R\$ 220, segundo declarações feitas pelo



Para Jucá, recompor salário mínimo ajuda no combate a fome

ministro Guilherme Dias, do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esse número, contudo, vem sendo recusado pelas lideranças do PT – explicou Romero Jucá. “No que diz respeito ao novo salário mínimo, portanto, o PT está assumindo uma posição mais conservadora que aquela defendida pela ala mais conservadora do atual governo”,

afirmou o senador.

Para Jucá, essa atitude não guarda coerência com as posições do partido do presidente eleito, pois, a seu ver, o melhor caminho para combater a fome “é exatamente a recuperação do salário mínimo”.

Ao rebater as críticas de Jucá, Heloísa Helena (PT-AL) disse que o novo governo e todo o PT jamais pouparão esforços para trazer o valor de compra do salário mínimo aos níveis determinados pela Constituição, dos quais ele se afastou muito nos oito anos.

## Carta pede atenção de Lula a rádios educativas

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) registrou, na quinta-feira, carta enviada ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva pela Sociedade dos Amigos Ouvintes da Rádio MEC (Soarmec), única entidade de amigos voltada para uma emissora de rádio, com crítica à vinculação das emissoras educativas à Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Por decisão tomada no governo Fernando Henrique Cardoso em 1995, por decreto, as emissoras educativas que até então eram subordina-

das ao Ministério da Educação foram transferidas para a Secretaria de Comunicação.

Saturnino disse que também é contrário a essa vinculação à Secretaria feita pelo atual governo. Pela carta da Soarmec, a administração de Fernando Henrique extinguiu os departamentos de educação da TVE e da Rádio MEC e criou uma estrutura paralela com a TV Escola, “que não correspondeu à demanda do ensino a distância no país”. Além disso, promoveu a extinção da Fundação Roquette Pinto e criou a Associa-

ção de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). “Era o início do processo de ‘publicização’ que dura até hoje, com o repasse do patrimônio público de radiodifusão a um grupo privado, através de um contrato de gestão”, diz o texto da Soarmec.

O senador leu as nove reivindicações encaminhadas pela entidade ao presidente eleito. A Soarmec pediu, entre outras coisas, um levantamento criterioso da realidade da radiodifusão no país e particularmente das emissoras educativas e culturais.



Presidente do Senado vê na mudança de data uma oportunidade de investimento nas relações com outros países. Melo e Patrocínio, que têm proposta de alteração do dia da posse tramitando desde 1999, consideram casuismo alteração às pressas.

## Brasil quer posse no dia 6 de janeiro, diz Tebet

### Indefinição prejudica convite a chefes de Estado, adverte Melo

Apesar de considerar "extremamente inconveniente" a posse do presidente da República em 1º de janeiro, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a manutenção da data, por entender que o Congresso Nacional não teria tempo de aprovar emenda à Constituição transferindo a solenidade para 6 de janeiro. O senador observou que não tem sentido o Congresso fazer uma mudança "às carreiras" somente para que a festa da posse seja mais bem organizada e tenha maior pompa.

Falando pela liderança do PSDB, Melo reconheceu que a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva será um grande acontecimento no país, independentemente do dia em que for realizada. Para o senador, a falta de definição da data está prejudicando a própria organização da posse. É que o Itamaraty está impedido de emitir os convites para a solenidade, incluindo os dos chefes de Estado e missões diplomáticas.



Melo condena mudança às pressas para dar pompa à solenidade

No mesmo pronunciamento, Geraldo Melo afirmou que o PSDB fará oposição "sem adjetivos" ao governo Lula. O partido, informou, irá oferecer a contribuição necessária para que o governo que se inicia em janeiro tenha toda as condições de acertar.

Sobre o pacto social proposto pelo presidente eleito, o parlamentar considerou salutar o governo ampliar suas instâncias de consulta para ouvir todos os segmentos da sociedade, a fim de melhor administrar o país. Mas entende que a criação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, como o proposto por Lula, poderá abrir caminho para uma etapa "perigosa", porque as decisões ali tomadas poderão entrar em conflito com as do Congresso Nacional. O líder do PSDB no Senado lembrou ao presidente eleito que o país já possui seu conselho de representantes da sociedade, que é o próprio Congresso Nacional.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse na quinta-feira que a sociedade brasileira quer a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 6 de janeiro e não no dia 1º, como determina a Constituição. Para o senador, o Brasil, que deu uma lição de democracia a todo o mundo nas últimas eleições, pode tirar grande proveito no seu relacionamento com os outros países se conseguir realizar na posse do novo presidente uma grande festa democrática, marcada com o comparecimento de importantes personalidades internacionais,



Para Tebet, alterar data da posse "não é coisa do outro mundo"

coisa que não poderia ocorrer em 1º de janeiro.

Segundo Tebet, é compreensível a posição assumida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso de não querer prorrogar por seis dias o seu mandato. Entretanto, assinalou, o presidente será instado pelo Congresso a mudar de opinião e a fazer o que deseja toda a sociedade, transmitindo, ele mesmo, a faixa presidencial para o presidente Lula, no dia 6 de janeiro, caso o Congresso consiga alterar o que determina a Constituição.

Na opinião do senador, realizar uma festa de posse na nova data será, para o Brasil, na verdade, "um investimento" no fortalecimento de suas relações com os outros países. Em coerência com esse entendimento, Tebet disse estar articulando-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, com as lideranças dos partidos, inclusive do PT, e com autoridades para que a mudança constitucional possa ser feita e as providências tomadas.

Transferir a posse do presidente da República, segundo Tebet, "não é uma coisa do outro mundo e nem um casuismo, porque vamos estar fazendo a vontade da sociedade brasileira e o atual presidente vai estar cumprindo a vontade do Congresso".

### Patrocínio considera "casuismo" mudança de data

Mudar agora a data da posse do futuro presidente da República, do dia 1º para o dia 6 de janeiro, é "incurrer em grande casuismo", disse quinta-feira o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO). Ele lamentou que o Congresso esteja passando "por esse constrangimento" de querer, em cima da hora, mudar a data de posse prevista na Constituição, quando poderia ter agido com bastante critério se tivesse aprovado projeto nesse sentido, de sua autoria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desde junho de 1999.

— Nós sempre temos, nesta Casa, soluções para tudo. Mas o Parlamento tem uma auto-estima muito baixa e não liga para as propostas aqui apresentadas — observou.

Ao comentar o tema, Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, disse estranhar matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* destacando que o PT deseja mudar a data da posse para garantir a presença do presidente cubano Fidel Castro. Ele disse que se a direita agisse assim, condicionando a data da posse de um presidente brasileiro à agenda de um presidente norte-americano, por exemplo, haveria comoção nacional patrocinada pelas esquerdas.

Ao rebater as colocações de Jucá, Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou as informações da *Folha*, informando que Fidel Castro havia garantido sua presença na posse de Lula no dia 1º de janeiro, mesmo sendo essa uma "data nacional" cubana (na qual se comemora a tomada de Havana, em 1959, pelos guerrilheiros de Sierra Maestra). Suplicy lembrou que Fidel também compareceu à posse de Fernando Henrique Cardoso num dia 1º de janeiro.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) ressaltou que a proposta de alteração da data da posse não partiu do PT, e sim do deputado Aécio Neves, do PSDB. A senadora não vê qualquer casuismo na alteração da data estabelecida na Constituição. Essa opinião é também partilhada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), para quem, se é verdade que a Constituição determina, no seu artigo 82, que a posse do presidente da República ocorrerá no dia 1º de janeiro após as eleições, também é verdade que determina, no seu artigo 78, que o novo presidente tem garantido



Proposta de Patrocínio, que tramita desde 1999, altera data da posse

prazo de até dez dias para ser empossado.

Patrocínio fez homenagem à eleição de Lula à Presidência da República e ao processo de transição "democrática" para o próximo governo. "Isso demonstra a capacidade e a vontade de Lula de

dialogar com todos os segmentos da sociedade", afirmou. O senador também destacou, na ocasião, o apoio de seu partido ao futuro presidente.

— O PTB apóia Lula e envidará esforços para que este seja um governo de mudanças — declarou. Sobre o reajuste do mínimo para R\$ 240, uma das bandeiras do PT, seria um passo importante para o cumprimento do compromisso assumido por Lula de dobrar seu valor até o final do mandato.

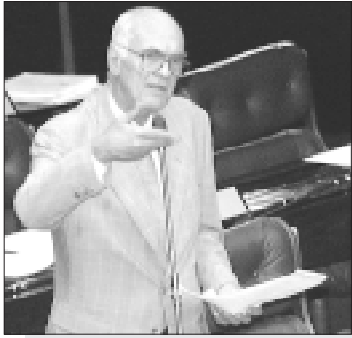
Por último, Patrocínio registrou sua "alegria e satisfação" pela decisão do governo do Iraque de permitir o ingresso no país de inspetores das Nações Unidas, encarregados de identificar a existência de armas químicas e biológicas de destruição em massa.

### Data da posse mudou com a Constituição de 1988

Fernando Henrique Cardoso foi o único presidente brasileiro a tomar posse no primeiro dia do ano, no primeiro e no segundo mandatos. A data foi estabelecida pela Constituição de 1988. Antes disso, a posse do presidente acontecia no dia 15 de março, data em que foram empossados Ernesto Geisel, João Figueiredo, José Sarney e Fernando Collor.

Ao longo da história, entretanto, o Brasil empossou os presidentes em diferentes datas. Eurico Gaspar Dutra (1946), Getúlio Vargas (1951), Jânio da Silva Quadros (1961) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956), por exemplo, receberam a faixa presidencial no dia 31 de janeiro. Já os antecessores Wenceslau Brás (1914), Artur Bernardes (1922) e Washington Luís (1926) tomaram posse no dia 15 de novembro.

Atualmente, oito emendas constitucionais com propostas de mudança na data serão analisadas por comissão especial. Todas a partir do dia 6 de janeiro.



José Cruz

## Reforma do Judiciário precisa ser votada logo, diz Francelino

Ele teme que proposta de emenda constitucional seja “engavetada por mais quatro anos” se decisão não ocorrer na atual legislatura

Saturnino propõe limites quantitativos e qualitativos para despesas com publicidade

### Saturnino quer limitar gasto com publicidade oficial

De autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece limites para gastos do poder público com publicidade já está pronta para ser votada em segundo turno pelo Plenário. A matéria, aprovada em junho último por unanimidade em primeiro turno, recebeu substitutivo do relator, senador José Agripino (PFL-RN), em sua segunda tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Saturnino propõe a fixação de limites quantitativos e qualitativos para gastos com publicidade de obras governamentais e defende a proibição de propaganda que promova a imagem pessoal de autoridades ou servidores públicos. Conforme o senador, “a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades da administração pública deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social”.

Os limites quantitativos de gastos para esse fim, esclarece Saturnino, serão determinados por cada esfera político-administrativa, para que não haja intromissão de gestões e também para que não aconteça comprometimento do pacto federativo. No âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade, os limites serão determinados pelo próprio Legislativo.

José Agripino recomenda a substituição do primeiro artigo, que, em sua visão, é dispensável, já que tem conteúdo meramente explicativo sobre a modificação. Outra alteração trata dos gastos com publicidade a serem feitos pelas estatais. Saturnino havia definido que lei específica indicaria normas especiais de limitação desses gastos pelas empresas. O relator preferiu esclarecer, no texto, que a lei específica já irá estabelecer tais limites.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu, em Plenário, que o Senado complete a votação da reforma do Judiciário ainda nesta legislatura. A proposta “já se arrasta por dez anos. Adiá-la agora seria o mesmo que engavetá-la por mais quatro anos”, afirmou Francelino, rebatendo posição de alguns parlamentares favoráveis a que a votação pelo Senado só se encerre no próximo governo.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica o funcionamento do Judiciário foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve entrar amanhã na ordem do dia. Francelino explicou que a votação da reforma do Judiciário não está entre as prioridades listadas por representantes do governo eleito, ao contrário das reformas da Previdência e tributária e da regulamentação do artigo da Constituição que trata do sistema financeiro nacional.

– Não estou entrando no mérito



José Cruz

Francelino Pereira elogiou atuação de Bernardo Cabral na relatoria da proposta que reforma o Poder Judiciário

to dessas prioridades. Entendo a importância crucial dessas reformas. Estou dizendo apenas que, sendo complexas, exigem exaustiva negociação política no Congresso, que naturalmente demandarão tempo para serem aprovadas – disse o senador ao justificar seu prognóstico de que poderá haver atraso de mais quatro anos na votação da reforma do Judiciário pelo Senado.

Francelino elogiou a atuação do relator da matéria, senador Ber-

nardo Cabral (PFL-AM), que participou quinta-feira, em Salvador (BA), de congresso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). No encontro, ele proferiu palestra sobre a reforma do Judiciário.

Francelino Pereira também leu em Plenário matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* em apoio ao trabalho desenvolvido por Bernardo Cabral na CCJ e em defesa da votação da reforma do Judiciário pelos senadores ainda este ano.

## Projeto altera Lei de Introdução ao Código Civil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar até o final do ano, em decisão terminativa, projeto de lei complementar de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que dispõe sobre uma nova Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro. Se a proposta for aprovada, a lei entrará em vigor em 10 de janeiro de 2003, juntamente com o novo Código Civil.

A novidade é que o projeto da Lei de Introdução reduz o prazo de vigência das normas de 45 para 30 dias, depois de publicadas. O projeto dispõe sobre vigência, eficácia e aplicação das leis nos casos de domicílio, separação e divórcio, regime de bens, sucessão familiar e tratados e leis estrangeiras.

O projeto compõe-se de 45 artigos. A maior parte deles é dedicada aos itens separação e divórcio, regime de bens e sucessão familiar. No processo de separação judicial, por exemplo, a proposta determina que o foro será o de domicílio da mulher. Já no

processo de divórcio, passado um ano da separação judicial ou dois anos da separação de fato, o foro será o da separação judicial, se outro não for escolhido pelas partes.

### DIVÓRCIO

Na justificativa do projeto, Moreira Mendes observa que a Lei de Introdução traz outra inovação: dá poderes ao Supremo Tribunal Federal (STF), na forma de seu regimento interno, para delegar à jurisdição federal, nos estados, competência para homologar sentenças es-

trangeiras de divórcio. Atualmente, essas sentenças são homologadas pelo STF.

Outra novidade, segundo Moreira Mendes, é que o projeto acolhe a presunção de morte e autoriza o cônjuge sobrevivente a contrair nova união matrimonial após dois anos do desaparecimento. A proposta do senador também estabelece que os tratados, convenções e atos internacionais regulamentados internamente passam a ter o mesmo nível hierárquico da lei ordinária federal e da medida provisória (MP).

Célio Azevedo



Moreira Mendes é autor da proposta, que trata da aplicação das leis nos casos de divórcio



Roosevelt Pinheiro

Município oferece as condições para que a universidade seja criada, diz Waldeck Ornélas

### Ornélas propõe universidade em Cruz das Almas

Projeto de lei apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal de Cruz das Almas (Ufcal), por desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Na justificativa da proposta, o senador lembra a tendência – verificada no Censo de Educação Superior de 2000 – de interiorização do ensino superior, onde hoje estão matriculados 53% dos alunos de cursos de graduação. Classificando essa tendência como salutar, o senador propõe a criação da nova universidade, a 146 quilômetros de Salvador, onde foi instalada, em 1946, a primeira escola de Agronomia da América do Sul, que faz parte da Universidade Federal da Bahia.

### CONDIÇÕES

Waldeck Ornélas enumerou as condições oferecidas pelo município de Cruz das Almas para instalação da nova universidade, entre elas a existência no local de um centro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a atividade agrícola e industrial da região, a rede de prestação de serviços e lazer e as instituições culturais.

O senador argumenta ainda que o ritmo de desenvolvimento do Recôncavo Baiano requer a ampliação de oportunidades de qualificação universitária, nos diferentes campos de ação da sociedade, de modo a gerar conhecimento, inovar em tecnologia e contribuir para a solução dos problemas regionais.



Realização de cúpula parlamentar na Câmara dos Deputados foi comunicada ao Plenário do Senado por Edison Lobão

## Parlamentos de 35 países vão debater integração econômica

Na presidência dos trabalhos da sessão de quinta-feira, o senador Edison Lobão (PFL-MA) informou ao Plenário sobre ofício encaminhado pelo presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, ao presidente do Senado, Ramez Tebet, comunicando a realização, naquela Casa, nos dias 19 e 20 deste mês, da Cúpula Parlamentar de Integração Continental. O evento reunirá presidentes de legislativos de 35 países do continente e convidados especiais para debater a participação dos parlamentos nos processos de integração econômica e política nas Américas, particularmente no contexto da possível formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Na mensagem, Aécio convida Tebet para compor a mesa de abertu-

tura do evento, no Plenário da Câmara, às 9h do dia 19. E solicita o apoio do Senado no sentido de estimular a participação dos senadores, informando que a página eletrônica da Câmara dispõe das informações adicionais sobre o encontro e que a grande maioria das autoridades já confirmou participação.

Lobão anunciou que a Secretaria Geral da Mesa está encaminhando a todos os parlamentares da Casa cópia do ofício do presidente da Câmara, bem como o programa, o temário, textos de apoio e histórico do processo de criação da Alca. Ele informou ainda que os senadores interessados em participar do encontro poderão indicar, na própria Câmara, que comissões temáticas gostariam de compor.

## Participação dos índios no Legislativo será discutida

O Senado sediará, nos dias 18 e 19 de novembro, o Seminário Internacional Índios e Parlamento. O evento tem como objetivo a discussão entre parlamentares, organizações representativas e lideranças indígenas sobre a presença, a inserção e a participação dos povos indígenas no Poder Legislativo.

O seminário é uma iniciativa da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica). Também colabora com o evento o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

O primeiro dia de discussão será

realizado no Auditório Petrônio Portella, a partir das 9h30. Na ocasião, serão apresentados o histórico da participação e da representação indígena no Parlamento e um balanço das eleições de 2002. Será feita também uma comparação entre as experiências de parlamentos indígenas em outros países, além de uma avaliação dos mandatos exercidos atualmente por índios.

Para o segundo dia do seminário está programada a reunião dos participantes em grupos de trabalho, que deverão discutir meios de se ampliar a participação indígena no Legislativo. Pela manhã, os grupos estarão reunidos na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho e na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa. À tarde, estarão no Auditório do Interlegis.

# Proposta impede renúncia para escapar de cassação

Conforme projeto de resolução aprovado na CCJ, processo tem início com a publicação de despacho do presidente do Conselho de Ética

O senador Osmar Dias (PDT-PR) registrou na quinta-feira, em Plenário, a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de substitutivo a projeto de sua autoria que regula o rito inicial do processo de cassação de mandato de senador. Segundo explicou, sua proposta pretende impedir que o parlamentar possa usar do direito de renúncia para "fugir" da perda do mandato e livrar-se, assim, da proibição de exercer seus direitos políticos por oito anos.

Pelo substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG), o início do processo de cassação de mandato do senador ocorrerá com a publicação, no *Diário do Senado*, de despacho do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acatando a representação ou denúncia contra o parlamentar. A partir daí, o senador investigado não poderá mais renunciar ao mandato, devendo aguardar que as fases de inquérito e processo sejam encerradas e que o conselho se pronuncie sobre a existência ou não de culpa.

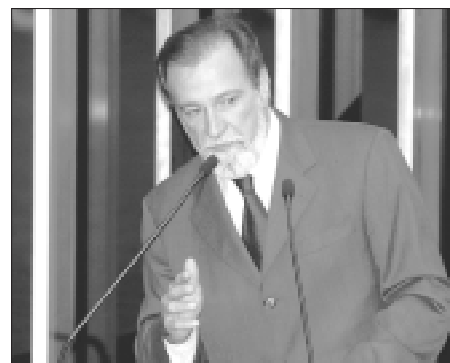
— Estou convencido de que não são suficientes discursos e boas in-

tenções para que haja uma limpeza ética na política — declarou Osmar Dias, revelando ter apresentado o projeto motivado por "reclamações e anseios" da sociedade. Quando a imprensa noticiou a renúncia do ex-senador Jader Barbalho, denunciado por desvio de recursos públicos na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e no Banco do Estado do Pará (Banpará), o senador pedetista disse que o povo do Paraná questionou a interrupção do processo da cassação antes do julgamento do acusado.

### REFORMA

Em aparte, Francelino destacou a importância da aprovação dessa proposta, que ainda será examinada pela Comissão Diretora e pelo Plenário do Senado, para evitar que situações do gênero voltem a ocorrer. "A renúncia ao mandato antes da hora não será mais possível. Quem praticou um ilícito tem de responder por ele", sustentou.

Na condição de "paraense, correligionário e amigo" de Jader



Iniciativa de Osmar Dias vai à Comissão Diretora e, depois, ao Plenário

Barbalho, o senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) lamentou que Osmar Dias tenha se referido apenas ao caso Jader, sem mencionar que os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (PFL-DF) também renunciaram durante investigação por quebra de decoro parlamentar. "Jader Barbalho foi o deputado federal mais votado da história do Pará e voltará ao Congresso com a confiança de 350 mil paraenses", salientou.

Ao final do pronunciamento, Osmar Dias solidarizou-se com o protesto de Francelino contra o adiamento da votação da proposta de reforma do Judiciário.

## Instituições estão mais sólidas, diz Alcântara

O amadurecimento das instituições políticas foi apontado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como motivo para que a nação pudesse, de fato, comemorar, na última sexta-feira, os 113 anos da Proclamação da República.

— O fortalecimento dos mecanismos da democracia representativa se dá simultaneamente à valorização dos instrumentos de democracia participativa, fazendo com que, ao lado de instituições tradicionais, a sociedade vá abrindo novos canais de participação — disse o senador, em discurso pronunciado quinta-feira.

Lúcio Alcântara fez um relato da Proclamação da República — "movimento que se caracterizou pela transição pelo alto, tão cara à nossa história política". O senador lembrou que a deposição da Monarquia se deu sem participação popular e os governos que se



Lúcio Alcântara: brasileiro tem mais motivos para comemorar a Proclamação da República

sucederam por pelo menos 60 anos mantiveram a democracia apenas em caráter formal.

— O ideal republicano e a consciência de cidadania só muito lentamente conseguiram evoluir — avaliou.

Por outro lado, assinalou Alcântara, a Constituição de 1988 representou um "marco do despertar da nacionalidade para uma nova vivência político-social". Ampliou-se o conceito e a prática

da cidadania entre nós, disse.

De acordo com o senador, o ideal de democracia é hoje perseguido tendo em vista não apenas seus aspectos meramente formais, mas também as questões de fundo, aquelas que atingem a essência do regime.

Diante dessa evolução, avaliou Alcântara, o povo brasileiro tem mais motivos hoje para comemorar o aniversário da República.

— Vivemos um dos mais longos períodos republicanos de estabilidade política, dentro do estado de direito. As eleições gerais recentemente realizadas contaram com ampla e entusiástica participação de todos os segmentos da sociedade. O conceito de cidadania cresce em prestígio. A prática da cidadania se fortalece e dissemina. O "ser cidadão" adquire, enfim, uma densidade que jamais teve entre nós — observou o parlamentar.

# Simon autografa mil livros na Feira de Porto Alegre

Luta pela redemocratização e eventos mais recentes são retratados em obras que reúnem os principais discursos do senador de 1979 a 2002

Quase mil pessoas receberam autógrafos do senador Pedro Simon (PMDB-RS), quinta-feira, na 48ª Feira do Livro de Porto Alegre. Ele permaneceu por cerca de duas horas no pavilhão central de autógrafos do evento, que entregou dois livros aos gaúchos, com seus discursos e idéias desde o início de sua atuação no Senado, em 1979, até 2002.

*Anos de Transição* traz discursos feitos pelo senador entre os anos de 1979 e 1987, abrangendo a luta pela redemocratização do país. Simon também autografou o livro *Coerência e Responsabilidade*, com pronunciamentos feitos este ano, destacando a defesa de uma candidatura própria do PMDB à Presidência da República e discursos realizados nas sessões especiais em homenagem a Mário Covas e em comemoração aos 50 anos da CNBB e aos 111 anos do Senado.

Desde a primeira participação do Senado na Feira do Livro de Porto Alegre, há cinco anos, Simon promove sessões de autógrafos, que já se tornaram tradicionais no evento. Já na abertura da feira, no dia 1º de novembro, os gaúchos procuraram o estande do Senado para saber informações sobre os lançamentos de Simon.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) também preparou para a Feira do Livro de Porto Alegre uma edição especial sobre importantes momentos de seu mandato. O livro *Rio Grande do Sul: Um Estado Presente na Construção do Futuro* traz uma seleção de discursos, pareceres e projetos da senadora de 1997 a 2002.

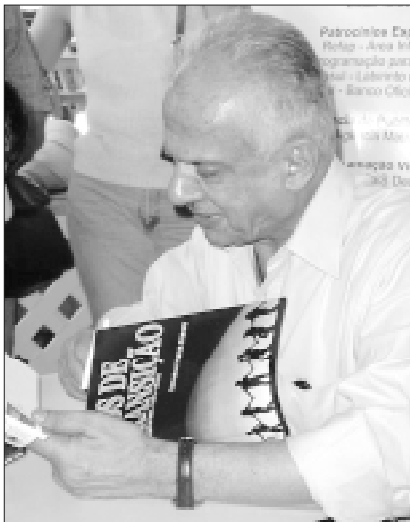
## PARTICIPAÇÃO

O Senado encerrou no domingo sua participação na Feira do Livro de Porto Alegre. Durante o evento, foi entregue, no estande, publicações em *braille* para associações de apoio a deficientes visuais do estado e feito o lançamento de obras do Conselho Editorial, como o livro *Viagem ao Rio Grande do Sul*, de Auguste Saint Hilaire, e *O Tratado de Madrid*, de Jaime Cortesão.

Graças à grande divulgação que o Senado recebeu na mídia, publicações mais caras como o livro *O*

*Dinheiro Brasileiro* (veja matéria) e *As Aventuras de Nhô Quim & Zé Caipora*, que custam R\$ 50, esgotaram-se durante o evento. As crianças também receberam atenção especial no estande, onde receberam a revista *Jovem Cidadão*.

A Feira do Livro de Porto Alegre foi o sexto evento literário de que o Senado participou em 2002. Antes do Rio Grande do Sul, a Casa esteve representada nas Bienais Internacionais de São Paulo e Natal, no Salão do Livro de Minas Gerais, na Feira Panamazônica do Livro e na Bienal Internacional do Livro do Ceará.



Simon permaneceu duas horas no pavilhão central de autógrafos da Feira do Livro de Porto Alegre



As crianças também receberam atenção especial no estande do Senado, onde receberam a revista *Jovem Cidadão*

## Livro reúne história do dinheiro brasileiro desde criação do BC

Durante a 48ª Feira do Livro de Porto Alegre, um dos livros editados pelo Senado que mais fez sucesso foi *O Dinheiro Brasileiro*, que reúne a história das cédulas e moedas que o país já teve, desde a criação do Banco Central do Brasil. A publicação, que custa R\$ 50, vendeu mais de 20 exemplares. Amplamente ilustrado, o livro traz informações das moedas desde o cruzeiro.

Desde então, a moeda brasileira foi sucessivamente substituída pelo cruzeiro novo, novamente pelo cruzeiro, pelo cruzado, pelo cruzado novo, mais uma vez pelo cruzeiro, pelo cruzeiro real e, fi-

nalmente, pelo real. O problema causado pela inflação fica claro na publicação: do início da República, em 1889, até a criação do BC, em 1964, foram cunhados 79 tipos de moeda. Porém, nos 30 anos seguintes, foi necessário que o Banco Central mandasse cunhar outros 81 tipos.

Além das imagens de todas as cédulas e moedas que o país teve no período, o livro inclui as biografias das personalidades retratadas nas moedas do período, como Machado de Assis, Mário de Andrade, Osvaldo Cruz, Getúlio Vargas, Carlos Drummond de Andrade, Villa-Lobos, entre outros.

## Lobão recebe presidente da associação de "sommeliers"

O senador Edison Lobão (PFL-MA) recebeu na quinta-feira, no gabinete da vice-presidência do Senado, o presidente da Associação Brasileira de *Sommeliers* (ABS), Antonio Duarte, com quem conversou sobre projeto de sua autoria que regulamenta o exercício da profissão de *sommelier*. O projeto está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em que a relatora é a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), e deverá ser votado ainda este mês, conforme disse Lobão a Duarte.

São consideradas atividades privativas do *sommelier*, de acordo com a proposta, o ensino em cursos básicos e o aconselhamento do serviço de vinhos e destilados ao consumidor em restaurantes, enotecas e demais estabe-



Duarte disse a Lobão que regulamentação beneficiará milhares de pessoas

lecimentos. Ainda segundo o projeto, o exercício da profissão será reconhecido para os portadores de comprovantes de habilitação em cursos ministrados por instituições oficiais ou privadas ou para aqueles que, comprovando o exercício da profissão por no mínimo três anos, submetam-se a exame prestado nas sedes regionais da associação.

## Entidade quer mais negros nas universidades públicas

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na quinta-feira a direção do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), que solicitou apoio à liberação de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 9 milhões, destinado à instituição de cursos pré-vestibulares com o objetivo de estimular a inserção de maior número de brasileiros afro-descendentes nas universidades públicas.

A medida está sob exame da Procuradoria do Ministério da Fazenda, mas a aprovação do crédito é de competência do Senado. O presidente do CNAB, Eduardo de Oliveira, aproveitou o encontro para condecorar Tebet com a Medalha Zumbi dos Palmares e

João Cândido, conferida a personalidades que apóiam as reivindicações dos afro-descendentes.

Oliveira entregou ao senador um exemplar do livro *Quem é quem na negritude brasileira*, editado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça. O presidente do CNAB pediu ainda a Tebet apoio à aprovação de projeto em tramitação na Câmara dos Deputados oficializando o Hino à Negritude, de sua autoria.

Segundo o secretário-geral do CNAB, Ademir José da Silva, a instituição dos cursos de pré-vestibular faz parte de um conjunto de "propostas de políticas afirmativas visando à integração da comunidade negra".



Tebet recebe dos dirigentes do Congresso Nacional Afro-Brasileiro pedido de apoio à inserção de afro-descendentes nas universidades

A sessão de quinta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Patrocínio e Amir Lando